

Politecnia e educação popular: a educação pode nos ajudar a compreender e a transformar o mundo?

Ingrid D'ávilla Freire Pereira
Cristina Massadar Morel
Marcia Cavalcanti Raposo Lopes

No capítulo anterior, conversamos sobre as diferentes concepções pedagógicas. Ao fazer isso, sempre nos questionamos sobre as relações entre a escola e a sociedade, bem como sobre as possibilidades de termos escolas com concepções e projetos críticos, ainda que em contextos sociais opressores.

Você já pôde ler neste material que, nas sociedades capitalistas, a educação cumpre diferentes papéis para cada uma das classes sociais. Mas pense conosco: será que todas as escolas em sociedades capitalistas estão comprometidas com este projeto de uma sociedade desigual e desconsideram o ponto de vista das classes populares? Você conhece escolas ou experiências educacionais com pontos de vistas diferentes e, portanto, comprometidas com os interesses dos trabalhadores?

Neste capítulo, teremos a oportunidade de conversar um pouco mais sobre duas formas de pensar a educação – a educação popular e a educação politécnica com base em seu potencial crítico-transformador. Embora formuladas em períodos distintos e em contextos diferentes, estas concepções têm em comum a discussão crítica sobre as funções da escola e da educação.



Para saber mais

Contexto histórico e origens da educação politécnica e da educação popular

As origens históricas da educação politécnica, noção esboçada inicialmente por Karl Marx, em meados do século XIX, remetem à Rússia em 1917, pouco antes da Revolução Soviética, quando na VII Conferência do Partido Operário Socialdemocrata Russo, decidiu-se rever o programa do partido com relação à instrução pública. Na ocasião, a ideia de ‘ensino geral e politécnico’ substituiu a de ‘ensino geral e profissional’ do programa de 1903. Embora Marx não possua textos dedicados às questões pedagógicas, este material contempla as bases de sua proposta para a educação pública (KRUPSKAYA, 2017). Posteriormente, nos anos 1930, Antonio Gramsci atualizou o programa marxiano de educação, especialmente ao se contrapor à Reforma Gentile, realizada na Itália fascista, e a qualquer separação no interior do sistema educativo, seja entre as escolas elementar, média e superior, seja entre elas e a escola profissional. Tais críticas são a fonte de sua proposta de escola unitária, que Gramsci definia como: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI apud RAMOS, 2012, p. 345).

Já a educação popular tem suas origens com os movimentos sociais populares de luta e resistência do povo na América Latina. No Brasil, tem como marco os anos



1960, quando movimentos sociais buscavam trabalhar com educação e cultura popular, particularmente o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, que reuniu professores e artistas. “Ele não existia só nas escolas e nem era um trabalho só da educação [...] as pessoas que faziam o MCP queriam que tudo o que é bom, e está nas palavras, nas cantigas, e nas ideias que as pessoas criam, fosse levado para a gente pobre também” (BRANDÃO, 2001, p. 35). Simultaneamente, Freire desenvolveu uma experiência em alfabetização de adultos na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte em 1962, a partir de um conjunto de experiências anteriores no campo da educação de adultos (CALDART; KOLLING, 2001).

Para compreender ainda mais sobre este assunto, recomendamos a leitura dos textos que usamos para a construção deste box:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *História do menino que lia o mundo*. 3. ed. Veranópolis, RS: Iterra – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, 2001.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge. *Paulo Freire: um educador do povo*. Veranópolis/RS: MST, 2001.

KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 360 p.

RAMOS, Marise. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 343-349.



Bom, a nossa escolha por esses conceitos e proposições críticas se justifica por algumas razões, dentre as quais o fato de que esse material foi estruturado com base na experiência do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS) na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que se define como uma escola de educação profissional politécnica que, conforme seu Projeto Político Pedagógico (2005), fundamenta-se por alguns princípios: “a defesa de que a todo trabalhador deve ser garantida a Educação Básica. Este projeto nacional deve contemplar a defesa da Escola Pública” (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005, p. 63). E pela politécnica, que se define como:

uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases de organização do trabalho de nossa sociedade. Trata-se da possibilidade de formar profissionais não apenas teórica, mas também praticamente num processo em que se aprende praticando, mas, ao praticar, se compreendem, os princípios científicos que estão direta e indiretamente na base desta forma de se organizar o trabalho na sociedade (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2005, p. 64).

Desde 1989, quando esta Escola passou a formar estudantes de 2º grau, definiu que a educação politécnica seria o centro de sua proposta pedagógica, especialmente porque considera o ser humano como centro da educação e não o mercado de trabalho (RODRIGUES, 1998). Além da politécnica, que fundamenta todas as atividades da EPSJV, a educação popular vem assumindo papel central em uma série de atividades e cursos da Escola, inclusive no CTACS.

Existem semelhanças entre estas concepções, mas também diferenças importantes. Por isso mesmo, sempre será importante ler mais e mais sobre cada uma delas e considerar que este texto é apenas um ponto de partida. A respeito das semelhanças: as duas concepções se tornaram referenciais importantes para a formação crítica de trabalhadores da saúde, especialmente na **educação formal** de trabalhadores de nível médio.

Por exemplo, parte das **Escolas Técnicas do SUS** (ETSUS), com base em críticas importantes ao modelo tradicional do ensino, passaram a incluir a educação popular, como princípio pedagógico. Esta adoção passou a subsidiar a escolha das escolas por metodologias de

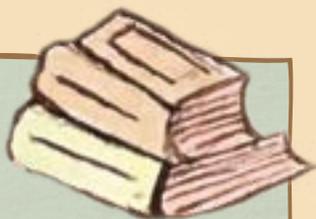


ensino que incluíssem os problemas concretos vividos pelos educandos como ponto de partida do processo educativo.

Glossário

O que é educação formal e educação informal?

A **educação formal** se refere à modalidade de ensino que ocorre nos sistemas de ensino escolares; a **informal** corresponde às demais iniciativas.



Para saber mais

Escolas Técnicas de Saúde do SUS

As Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) são instituições públicas que buscam atender às demandas locais de formação, prioritariamente dos trabalhadores de nível médio que já atuam nos serviços de saúde do SUS. A principal especificidade dessas instituições é a capacidade de oferta descentralizada das atividades formativas. A Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) é uma referência no país para a formação profissional de nível médio na área de saúde e apresenta grandes contribuições para o desenvolvimento de processos de formação profissional dos trabalhadores do SUS, seja por meio de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), Técnicos e Pós-Técnicos, na perspectiva da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

Adaptado de: <<http://portalms.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/formacao-tecnica/rede-de-escolas-tecnicas-do-sus-ret-sus/rede-de-escolas-tecnicas-do-sus-ret-sus>>



Outras instituições, que também criticavam a lógica tradicional do ensino, passaram a adotar a educação politécnica como pressuposto, sobretudo os Institutos Federais e escolas de ensino médio de alguns estados brasileiros, tais como o Rio Grande do Sul. Estas escolas buscaram, portanto, pensar a educação de forma mais ampla, com base no que constitui a formação humana, mas também segundo suas particularidades como a formação profissional (RAMOS, 2010).

É importante destacar algumas questões que são comuns à educação politécnica e à educação popular: a primeira delas é que as duas partem do pressuposto de que a educação, e tudo o que está envolvido com ela – a escola, seu papel social e suas funções políticas, o livro didático, a relação educador-educando –, não são parte de um processo neutro. Ou seja, compreende-se que a realidade e a própria educação são construções históricas e sociais. Assim sendo, em vez de atribuir à educação um suposto lugar de neutralidade, admitem que é importante pensá-la como parte da realidade, dos problemas que existem na sociedade e, principalmente, das desigualdades sociais. Pensar a educação e a própria escola neste contexto é muito

Para refletir

Todas as sociedades, inclusive a brasileira, têm passado por transformações importantes, incorporando a lógica de que o Estado deve prover educação – um direito social – para todos. Assim, cada vez mais os sujeitos de diferentes classes sociais podem ir à escola e se alfabetizar. Mas as condições de acesso e permanência na escola, bem como as condições de ensino e aprendizagem são iguais para todos? A ampliação do acesso à educação tem modificado as concepções de educação e sociedade das escolas?



mais do que garantir o acesso à educação ou aos sistemas formais de ensino, por exemplo.

Tanto na educação politécnica quanto na educação popular, o conhecimento está a serviço da análise da realidade: ou seja, o conhecimento ajuda na problematização de tudo o que ocorre na vida cotidiana dos educandos e de suas comunidades.

Para a educação politécnica, a escola deve contribuir para a disseminação e crítica do conhecimento científico, o que deve ser uma oportunidade para todos os sujeitos. Defende, portanto, que a classe trabalhadora deve conhecer os saberes construídos historicamente como forma de compreender a realidade e transformá-la. E de que maneira isto pode ser incorporado à formação de profissionais de saúde? Esta pergunta faz ainda mais sentido se considerarmos que, historicamente, o direito à formação tem sido uma luta dos trabalhadores, em especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de vigilância em saúde.

Em geral, os processos de aperfeiçoamento, treinamento, formação e qualificação dos trabalhadores técnicos da saúde caracterizam-se por uma formação aligeirada e pautada no ensino das técnicas que são necessárias para realizar determinadas atividades no serviço. É como se para esses trabalhadores não fosse importante ter acesso aos conhecimentos gerais que embasam as técnicas (RAMOS, 2010).

Além disso, os cursos ou treinamentos desses trabalhadores costumam ser oferecidos considerando apenas as demandas dos serviços. Não que estes cursos não tenham tido relevância para a qualificação do trabalho e dos trabalhadores. Porém, é preciso que sejamos capazes de distinguir uma proposta educativa que se limite a preparar os sujeitos para exercerem uma determinada tarefa, de outra que seja efetivamente integral. A adoção deste modelo de curso para a reprodução das práticas seria uma forma de conservar a escola nesta função mais tradicional de manutenção (ou reprodução) das desigualdades.



Mas as técnicas não são importantes para o trabalho dos técnicos? Claro que são. No entanto, além do ensino das práticas, a formação politécnica está preocupada em discutir também, por exemplo, o porquê da técnica, o planejamento, a organização, e a permanente avaliação crítica do que foi feito. E isso se diferencia, por exemplo, da ideia de polivalência, que se refere à orientação de que os trabalhadores realizem diversas tarefas, extrapolando aquelas que estavam pré-definidas para eles, contribuindo para o aumento da produtividade mediante a sobrecarga dos trabalhadores e sem qualquer possibilidade de reflexão.

Para a educação politécnica, o trabalho manual e o trabalho intelectual não se separam. Lembre-se de que você já teve a oportunidade de ler sobre isso no texto “O que chamamos de práxis”. Assim, a educação politécnica está preocupada em esclarecer as contradições que existem ao se dizer que determinados trabalha-

Para refletir

Ao preencher a ficha de cadastro das famílias, frequentemente temos dúvida: por que devemos fazê-lo? Alguém usa essas informações? A ficha deve ser preenchida para cada família ou para cada domicílio? Será que é suficiente que se defina o que é um domicílio, ou eu precisaria compreender o que é família na contemporaneidade e seus diversos arranjos, para preenchê-la?

Você percebe que até mesmo um ato que pode ser considerado técnico, como este, pode e deve ser contextualizado.



dores devem realizar um destes dois tipos de trabalho (manual ou intelectual), já que esta escolha não ocorre de forma aleatória e tem suas origens na divisão de classes da sociedade¹. Neste sentido, a politecnicidade está

relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência (SAVIANI, 2003, p. 140).

Por esta argumentação, podemos entender que a educação politécnica faz mais sentido para os cursos da educação formal. É o caso da EPSJV que tem a politecnicidade como um de seus princípios. Já a educação popular surge como prática social fora das instituições. Segundo seus princípios, é fundamental que o oprimido possa reconhecer as diversas formas de opressão às quais está submetido. Esta descoberta é condição para que ele possa se libertar da exploração política e econômica, adquirindo consciência crítica e lutando pela transformação da realidade.

O professor Moacir Gadotti, em um texto chamado “Lições de Freire”, afirma que na educação freireana “o conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a um compromisso político em favor da causa dos excluídos. O conhecimento é um bem imprescindível à produção de nossa existência. Por isso, ele não pode ser objeto de compra e venda, cuja posse fique restrita a poucos” (GADOTTI, 1997, p. 117-118).

¹ No capítulo “Educação, escola e aprendizagem” você pôde ler um box sobre classes sociais.



Assim, devemos pensar a educação popular como um processo humanizador e feito com o povo. Exatamente por isso a educação popular tem como compromisso fundamental a ideia de que aprender envolve a **leitura do mundo**. E é essa capacidade de compreensão da realidade de forma crítica que nos parece fundamental para a construção de uma sociedade com menos formas de opressão.

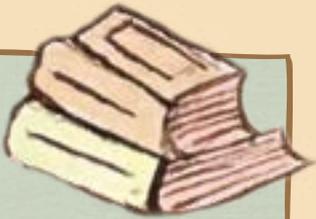
Ao mesmo tempo em que podemos dizer que há experiências de incorporação da educação politécnica e educação popular em instituições de ensino da área da saúde, estas instituições estão longe de representar a maioria das instituições que formam técnicos na área da saúde.

Reconhecer esta realidade é fundamental para analisarmos também as práticas educativas que construímos nos serviços de saúde. A educação popular – sobre a qual você vai poder discutir bastante nos próximos capítulos – também nos ajuda muito a pensar sobre isto. A educação popular em saúde irá criticar as práticas educativas que os profissionais de saúde adotam com a população, principalmente por sua ênfase na transmissão dos conhecimentos e na prescrição de determinados comportamentos ‘saudáveis’. Esta prescrição como um ato repetitivo e mecânico costuma desconsiderar o saber e as condições de vida das pessoas.



Glossário

O que é leitura do mundo

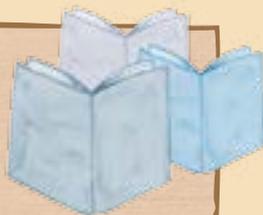


Para Paulo Freire (1986), a leitura do mundo antecede a leitura da palavra. Ou seja, aprender a ler é um exercício que inclui, necessariamente, a interpretação do mundo do qual fazemos parte. Ler o mundo e as palavras nos ajuda a pensar sobre quem somos e quais são os compromissos que devemos assumir em nossa existência.

Referência: FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1986.

Para aprofundar seus estudos

Se você se interessou pela discussão sobre politecnicia e educação popular, veja também estes outros textos:

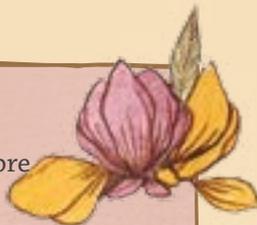


RODRIGUES, José. Educação Politécnica. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio de França. *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 168-175.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 318)

Atividade

Refleta e escreva um texto com seus colegas sobre a seguinte questão:



- Porque as escolas que trabalham sob as perspectivas da educação popular e da educação politécnica ainda são exceções?

Referências

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 23, n.1-2, p. 111-122, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100002>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RAMOS, Marise. *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.) *Projeto político pedagógico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.



RODRIGUES, José. *A educação politécnica no Brasil*. Niterói: Editora UFF, 1998.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

